

Brasil - 130 anos da República e dos símbolos nacionais

*Marcio Tadeu Bettega Bergo**

Em novembro de 2019, comemoramos 130 anos da proclamação da República e da adoção dos símbolos nacionais, a bandeira e o brasão. Oportunidade ímpar para refletirmos sobre o que aconteceu no passado, analisarmos o presente e pensarmos no futuro desta grande nação.

São várias as etapas de nossa existência, desde o descobrimento, pelos portugueses. Passamos por fases como possessão de terra a ser explorada, colônia, território ultramarino, reino unido e, por fim, chegamos a um país independente, em 1822. O século XIX foi um período de estabilização, basicamente o lançamento dos alicerces: manutenção da integridade territorial e política, delimitação das fronteiras, fixação de populações e outras ocorrências. Não sem conflitos, tanto internos como externos, tivemos dois reinados, intercalados por um período regencial. Éramos o Império do Brasil.

Variados problemas vieram à tona, mormente no final do século. O modelo monárquico entrou em crise: a abolição da escravatura e o sentimento republicano foram fatores predominantes, ao lado de questões de natureza econômica.

O último gabinete do Império, chefiado pelo senador do partido Liberal, Visconde do Ouro Preto, tentou um programa de governo destinado a reduzir o centralismo, tentando dar maiores feições de uma monarquia constitucional. Foi acusado de incentivar o regime republicano.

Algumas forças que davam sustentação a Dom Pedro II apresentavam sinais de descontentamento. A igreja católica, alegando interferências do imperador em decisões eclesiásticas; o Exército, pelas proibições aos manifestos de críticas à monarquia; os grandes proprietários rurais, insatisfeitos com o fim da escravidão; os fazendeiros paulistas, que já utilizavam mão de obra de imigrantes, também se posicionaram contrários à monarquia: queriam maior participação política e poder decisório em questões nacionais; e a incipiente classe média urbana era desejosa de maior liberdade econômica e poder político.

Assim, se apresentou pronto o cenário para uma mudança no regime. A Proclamação da República aconteceu no dia 15 de novembro de 1889, como resultado de um levante político-militar. O marechal Manuel Deodoro da Fonseca foi chamado para liderar o movimento e se tornou

* Gen Bda R/1 (AMAN, Int/74). Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx); Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

responsável pela efetiva declaração. Assumiu, como primeiro presidente, em um governo provisório (1889-1891).

Deodoro, um herói na guerra do Paraguai (1864-1870), era notadamente contrário ao movimento republicano, era um defensor do Império. Afirmara, anteriormente, que, apesar de todos os seus problemas, a Monarquia era o “único sustentáculo” do país, e a República seria uma “verdadeira desgraça” por não estarem, os brasileiros, preparados para ela. O velho marechal, bem como parte dos militares que participaram da movimentação pelas ruas do Rio de Janeiro naquele dia, pretendia apenas derrubar o governo do Visconde de Ouro Preto. No entanto, levado ao ato, mesmo doente, agiu por imaginar que, junto a Benjamin Constant, sofreria represálias, inclusive prisão, devido à insurgência dos militares.

A população das camadas mais humildes não teve participação efetiva nas manifestações. Inclusive, devido à abolição da escravidão, nutria certo sentimento de gratidão e simpatia ao Império.

Desta forma, as classes ativamente participativas da novel República se empenharam em apagar os vestígios da monarquia, erigir heróis republicanos e criar símbolos que identificassem a sociedade brasileira com o novo modelo republicano federalista.

A Maçonaria e o Positivismo também tiveram importantes influências no processo, aliados na formação do novo Estado, principalmente no que tange às leis. A filosofia Positivista ainda se fez muito presente, principalmente, na construção dos símbolos da República.

A nova organização política alterou pouco ou quase nada as atividades econômicas e sociais, especialmente aquelas que interessavam às camadas mais baixas. Nas mais altas, organizaram-se

oligarquias locais, que assumiram a máquina pública. Este poder, anteriormente concentrado na figura do imperador, que administrava centralizadamente as deliberações, caiu nas mãos da classe enriquecida, que carecia de decisão política. Ela passou a gerenciar projetos locais e nacionais, porém majoritariamente em benefício próprio. Foi o início daquilo que, posteriormente, seria chamado de “Velha República”, basicamente dominada por paulistas e mineiros.

A história, no século XX, nos mostra a evolução do Brasil e os percalços enfrentados.

Em 19 de novembro, quatro dias após a Proclamação da República, foi instituída a Bandeira Nacional. Ela veio substituir um pavilhão provisório, adotado no dia 15, claramente inspirado na flâmula norte-americana, uma cópia.

A nova bandeira, projetada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, com desenho de Décio Vilares, foi inspirada no pavilhão do Império, que acabava de ser extinto. Aquela, por sua vez, projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva, conselheiro do Império, havia sido adaptação de uma outra, encomendada por Dom João VI, em 1820, desenhada pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, com inspiração nas bandeiras militares francesas. Em 18 de setembro de 1822, por decreto de D. Pedro I, ela se converteu em nosso primeiro símbolo nacional, um losango amarelo em campo verde. Tais cores faziam referências às famílias reais que nos governavam: a Casa de Bragança, verde, e a Casa de Lorena, amarelo. Ao centro, o brasão Imperial.

Na República, mantida aquela base pictórica, as cores passaram a ser associadas não mais a dinastias e, sim, a riquezas naturais: o losango amarelo representando ouro e o retângulo verde, matas e florestas. Ao centro, foi inserida uma esfera celeste em cor azul, cruzada por uma faixa

branca, oblíqua, descendente da esquerda para a direita, com os dizeres, em verde, “Ordem e Progresso”. Este lema tem inspiração positivista, baseado na racionalidade e na ciência. “Ordem”, significando organização política e social, “progresso”, fazendo referência a desenvolvimento técnico, científico e econômico. É adaptação da frase: “*O amor por princípio e a ordem por base. O progresso por fim*”, escrita pelo principal teórico e representante da corrente, o francês Auguste Comte. Tal adaptação foi feita por Teixeira Mendes, pensando na evolução da sociedade de forma organizada. As estrelas correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 08:30 horas do dia 15 de novembro de 1889, vistas por um observador que se encontrasse fora da terra. Elas representam os 26 estados brasileiros (no Império, províncias), mais o Distrito Federal (antigo município Neutro ou Corte). Sempre que surgir um novo estado, uma nova estrela deve ser acrescentada, bem como uma retirada, em caso de extinção.

Na mesma data, foi ainda estabelecido o brasão da República, também conhecido como brasão de armas do Brasil. Desenhado pelo engenheiro Artur Zauer, por encomenda do primeiro presidente da República, é um escudo circular azul-celeste, com a constelação do Cruzeiro do Sul ao centro e, na borda, 27 estrelas prateadas, que representam os 26 estados, mais o Distrito Federal. Ele é apoiado em uma estrela de cinco pontas, sobre uma espada em riste, esta representando as Forças Armadas. Ao seu redor, uma coroa formada por um ramo de tabaco florido, à esquerda do escudo, e um outro, de café frutificado, à direita, referências aos principais produtos de exportação no final do século XIX e início do XX. Tudo sobre um resplendor de ouro. Abaixo,

sobre o punho da espada, em fita, a inscrição “República Federativa do Brasil” e a data “15 de novembro de 1889”. Lembrando que o dístico foi atualizado, visto que o primeiro nome do país, no advento da República, era “Estados Unidos do Brasil”. Também a quantidade de estrelas foi alterada, sempre correspondendo ao número de estados federados.

Assim, naquele 19 de novembro, há 130 anos, a bandeira e o brasão nacional foram instituídos, visando a representar a República nascente e a simbolizar a nação brasileira.

Posteriormente, em 1º de setembro de 1971, a lei nº 5.700 normatizou os símbolos, atualizando-os e oficializando mais dois: o selo nacional e o hino nacional brasileiro.

O primeiro cumpre função administrativa, é utilizado para autenticar documentos oficiais e atos do governo. É também usado para chancelar diplomas e certificados emitidos por instituições de ensino reconhecidas. É constituído por uma esfera com as estrelas (semelhante à da bandeira), apresentando a inscrição “República Federativa do Brasil” no entorno do círculo.

A melodia do hino nacional foi composta pelo maestro Francisco Manuel da Silva (1795-1865), provavelmente em 1831, pouco tempo após a independência do Brasil. Ela somente foi adotada como hino em 20 de janeiro de 1890, pelo decreto nº 171. Recebeu letra por ocasião das comemorações pelo primeiro centenário da independência, uma obra escrita em 1909, do poeta Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927). É uma canção que simboliza os valores marcantes da nacionalidade e o sentimento de amor à Pátria.

Os símbolos são manifestações gráficas (bandeira, armas e selo), visuais, e impulso musical

(hino), auditivo. Eles têm elevada importância histórica, pois a difundem, desempenham o papel de transmissão de sentimentos de união nacional, emulam valores cívicos e patrióticos, transmitem o sentimento de união nacional e mostram a soberania do país.

A bandeira é o mais significativo deles: tremula nos edifícios públicos, nos quartéis, nas embaixadas, em praças, nas fronteiras, em residências, fábricas, estádios e outros locais relevantes ou magnos, demarcando onde é Brasil; é ostentada nos uniformes militares; reluz, nas fuselagens de nossas aeronaves e balança nos mastros dos nossos navios; celebra atletas vencedores em competições; identifica produtos brasileiros vendidos no exterior; presta derradeiras honras fúnebres a pessoas que marcaram a vida nacional. Ela personifica o país e sua gente. Os demais símbolos seguem, nesta representatividade, em ocasiões e locais específicos.

Em suma, eles representam o Brasil dentro e fora do território nacional, traduzem a nação brasileira e o espírito de seu povo, inculcando nele o orgulho em fazer parte de uma nação tão grande, representando a honra e dignidade.

Além dos símbolos pátrios oficiais existem, complementando, outros, secundários, que, de alguma forma, também representa o país. São eles: a flor nacional, do ipê amarelo; a árvore nacional, pau-brasil; e a ave nacional, o sabiá-laranjeira.

O dia 18 de setembro é considerado o dia dos Símbolos Nacionais, evocando a adoção da primeira bandeira, em 1822. O hino nacional brasileiro tem ainda o dia 13 de abril para sua comemoração, referência a uma manifestação que ocorreu nesta data, em 1831, quando o ex-imperador D. Pedro I embarcou para Portugal.

Assim, ressaltamos, nesta ocasião, estes importantíssimos fatores em nossa história e em nossa existência como nação. Olhando para o passado, entendemos o presente e nos preparamos para o futuro.

O Brasil tem um destino de grandeza a cumprir e não pode se furtar a ele. Não temos o direito de nos contentar em ser periferia, temos que ser um país grande, coeso, próspero e feliz.

Estamos, aos poucos, despertando para um destino, criando uma base conceitual própria de planejamento e nos estruturando para formular e aplicar estratégias que conduzam nosso país ao seu futuro de grandeza. É um longo caminho, os primeiros passos aconteceram e seguem, porém com muitos obstáculos adiante. O objetivo maior somente será atingido quando gerações de brasileiros se sucederem recebendo amplos investimentos em educação e com o cultivo de sadios valores de patriotismo e nacionalidade.

Um estado soberano não é somente aquele que detenha a capacidade de definir seus rumos ou que detenha maior poder econômico. O conceito de soberania inclui a capacidade de defesa de seus interesses e, também e sobretudo, a responsabilidade pelos seus atos - ou pela ausência deles. Um estado, não sendo capaz de proporcionar satisfação aos anseios de seu povo, com certeza dará margem ao aparecimento de ilícitos de toda natureza, o que pode ser motivo de turbulências, de desagregação ou até de intervenção por outros estados, realmente soberanos e mais poderosos. E se for incapaz de usar racionalmente suas riquezas em prol do bem-estar de seu povo, ou mesmo de defendê-las, poderá tê-las cobiçadas e ameaçadas por terceiros.

O futuro é como um fruto que, para nos alimentar daqui a algum tempo, precisa ser semeado

hoje e cuidado todos os dias, até sua maturação, e, selecionando as melhores sementes, seguidamente replantado e cuidado, em um processo contínuo.

Temos que nos preparar nos dias de hoje. A milenar sabedoria chinesa, assim recomenda: *“Deve-se cavar o poço d’água antes de se sentir sede”*. 

Referências

BRASIL. Decreto Executivo nº 4, de 1889, Poder Executivo. Estabelece os distintivos da bandeira e das armas nacionais, e dos sellos e sinetes da Republica.

BRASIL. Lei Nº 5.700, de 1º de Setembro de 1971. Dispõe sobre a Forma e a Apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras Providências.

BRASIL. Decreto nº 171, de 20 de Janeiro de 1980. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Conserva como Hino Nacional a composição musical de Francisco Manoel da Silva.